



CENSURA E MEMÓRIA. PRIMO LEVI EM PORTUGAL¹

RITA MARNOTO

(PROFESSORA E INVESTIGADORA,
ESPECIALISTA EM LITERATURA ITALIANA)

Nos dias que se seguiram ao 11 de Abril de 1987, a imprensa portuguesa noticiou com pesar a morte de um homem e de um escritor cujo nome, até então, era substancialmente desconhecido das suas páginas. «Consciência forte da injustiça a par da nobreza ética, por um lado, e a curiosidade científica e o apelo do domínio da matéria, por outro», escreve Clara Ferreira Alves no *Expresso* de 17 de Abril. É assim que o grande público português começa a conhecer melhor o retrato de um escritor que até então apenas tinha existência em círculos intelectuais muitos restritos. A 11 de Abril de 1987 nunca tinha sido traduzido em Portugal.

Tanto o conhecimento, como o reconhecimento da estatura de Primo Levi foram tardios, repentinos e entusiastas. O sobrevivente de Monowitz chegou a Portugal depois da sua morte suicida, em Turim, na casa onde vivia. Como memória.

¹ Adaptação pela própria autora do seu texto «Primo Levi in Portogallo» (2005), in Giovanni Tesio (Ed.), *La Manutenzione della Memoria. Diffusione e Conoscenza di Primo Levi nei Paesi Europei (75-86)*. Torino: Centro Studi Piemontesi, Ca dè Studi Piemontèis. <http://hdl.handle.net/10316/43302>

Esse contraste entre, por um lado, o absoluto apreço merecido pela sua grandeza e pelo seu percurso de vida e, por outro lado, a genérica falta de informação acerca do seu perfil de escritor, crítico e homem empenhado nas grandes causas do seu tempo, coloca várias questões acerca da recepção da obra de autores estrangeiros em Portugal, ao caso de um escritor italiano de origem hebraica.

Durante as longas 50 décadas de regime totalitário, foram sendo criados, em Portugal, vários mecanismos de censura prévia, os quais, à medida que o tempo foi passando, se tornaram mais prepotentes e aniquiladores. Na verdade, os veredictos da censura eram apenas a face visível de um programa ideológico mais vasto, de cariz anti-cultural. O “lápiz azul”, como era chamada a censura da imprensa, que quotidianamente mutilava os textos dos jornais com o seu traço implacável, a proibição da circulação de livros, as investidas em tipografias e editoras, a perquisição de bibliotecas, as punições e a tortura faziam parte de uma estratégia dotada de objectivos ideológicos programáticos.

Ao comentar os efeitos do golpe de estado de 28 de Maio de 1926 e a elevadíssima percentagem de analfabetismo que afectava o país, a escritora Virgínia de Castro e Almeida afirmava: «A parte mais linda, mais forte e mais saudável da alma portuguesa reside nesses 75 por cento de analfabetos». O seu ponto de vista nem surgia isolado, nem era de circunstância. Quando António Ferro, em 1932, entrevista Salazar e o confronta com as expectativas de «duas dúzias de rapazes, cheios de talento e mocidade, que esperam ansiosamente, para serem úteis ao seu País, que o Estado se resolva a olhar para eles», o ditador responde-lhe: «Diga [...] a esses rapazes que tenham confiança e que saibam esperar». Em 1968, no momento em que o governo da Nação passava das mãos de António de Oliveira Salazar para as de Marcelo Caetano, registava-se em Portugal uma percentagem de analfabetismo que rondava os 30% para os homens e os 40% para as mulheres.

Se à imprensa era imposto o regime de censura prévia, no caso dos livros um exemplar da obra, já impressa e pronta para ser distribuída, foi numa certa fase exigido para emissão de juízo preliminar. O risco passava a ser o de

que fosse toda a tiragem sequestrada, com grandes danos para o editor, que assim era compelido a não tentar colocar no mercado certos livros e certos autores.

As listas de livros proibidos registados pela Associação de Editores e Livreiros e pela Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, apesar de não terem pretensões de exaustividade, reflectem uma imagem muito significativa dos horizontes da censura editorial. As primeiras impressões que se colhem da análise do seu conteúdo revelam que essa actividade de controlo se encontrava sujeita a inúmeras flutuações de tipo cultural, circunstancial ou idiossincrásico. Em situações extremas, o acto cerceador valia por si. O romance de Dostoievski *Os irmãos Karamazov* é proibido, sob justificação de que o seu autor tinha aberto caminho para o bolchevismo. Quanto a autores italianos, a ignorância não é menor. *Il Sempione strizza l'occhio al Fréjus*, de Elio Vittorini, encontra-se na lista dos livros proibidos, apesar de ter sido impresso e de ter circulado. Contudo, nada impediu romances tão contundentes como *Erica e i suoi fratelli*, *Conversazione in Sicilia*, *Uomini e no*, *La Garibaldina* ou *Le donne di Messina*, do mesmo escritor italiano, de serem traduzidos e editados.

No caso de Primo Levi, é de admitir que o seu nome de família suscitasse aos censores, desde o primeiro momento, reservas de fundo. A censura não deixara passar títulos e autores como *Jews without money*, de Michael Gold, *O novo Israel*, de Augustin Souchy, e o terceiro volume de *Judeus*, de João Paulo Freire, obras que, a partir de diversos pontos de vista, incidem sobre a história e a vida do povo hebraico. Facto é que o nome de Primo Levi não faz parte das referidas listas.

Para a ditadura, a questão dos hebreus era uma matéria delicada, envolvendo sectores-chave da sociedade portuguesa e do xadrez internacional. Os ambientes da Igreja progressista denunciavam, por vários meios, o racismo e o expansionismo imperialista do regime. Portugal foi a fronteira que permitiu a muitas famílias hebraicas fugir da Europa, devendo-se ao cônsul português em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes, um humanista católico, a outorga de numerosos vistos que lhes permitiram chegar a Lisboa e depois atravessar o Atlântico. Apesar da sua proximidade

ideológica com a Alemanha, a ditadura portuguesa não defendeu uma ideologia anti-semita. A cumplicidade entre o Estado e os sectores da Igreja que com ele se encontravam alinhados acabou por se saldar num silêncio relativamente às leis raciais e à Shoah.

Primo Levi entrou em Buna-Monowitz em Fevereiro de 1944. Conseguiu sobreviver até Janeiro de 1945, quando os nazis abandonaram o campo, na iminência da chegada das tropas soviéticas. A viagem de regresso foi tão difícil que só no fim do ano pode chegar a casa e abraçar a irmã, que escapara à deportação. O facto de ter sido um dos raríssimos sobreviventes da Shoah foi por ele sentido como um ingente dever humano e humanitário. Fez dele sua causa, desdobrando-se, ao longo dos anos, em intervenções públicas, depoimentos e entrevistas. Até àquele 11 de Abril de 1987.

No seu último ensaio, publicado em 1986, *I sommersi e i salvati*, Levi fala do que é testemunhar a Shoah para explicar, com uma racionalidade lancinante, o ponto extremo em que se inscreve a memória que lhe é relativa. Um amigo religioso dissera-lhe que ele tinha sobrevivido para dar testemunho daquela realidade. Contudo, para Primo Levi, permanece a certeza de que ele mesmo não é nem poderá ser uma testemunha verdadeira. Os poucos sobreviventes da Shoah foram os que não tocaram o fundo daquela que foi uma realidade histórica. Aqueles que tocaram o seu fundo, aqueles a conheceram até à sua finalidade última, nunca a puderam nem a poderão contar, nunca poderão dar o seu testemunho verdadeiro. Esses foram impossibilitados de a contar pela própria morte. Esses foram aqueles que nunca regressaram de Auschwitz, de Jasenovac ou de Treblinka. E essa foi a tensão da qual Primo Levi nunca se conseguiu libertar, até ao final dos seus dias.

Quando o *Expresso* e a imprensa portuguesa noticiam a sua morte, homenageando-o, tinham passado, em Portugal, 12 anos sobre a queda da ditadura. As questões suscitadas pela recepção de Primo Levi em Portugal são na verdade instigantes. Teriam as instituições do regime de Salazar e de Caetano alguma vez sabido da existência de Primo Levi? E os editores portugueses do pós-guerra teriam alguma vez conhecido o escritor e perspectivado

a sua tradução? A Itália do pós-guerra foi uma plataforma fundamental para a luta travada contra a ditadura em Portugal, e os escritores italianos contemporâneos de Levi foram intensamente traduzidos. Mesmo assim, derrubada a ditadura, não teriam sido suficientes os 12 anos de liberdade para integrar qualquer das suas obras num programa editorial?

Facto é que, um ano depois da sua morte, ou seja em 1988, três obras de Primo Levi podiam ser lidas em português: *Se isto é um homem*, *O sistema periódico* e *Se não agora, quando?*. Hoje, estas obras continuam a estar acessíveis, com tiragens que espelham uma franca receptividade. Além do romance *A trégua* e da recolha de contos, publicada já depois da morte do escritor, *O último Natal de guerra*, podem-se igualmente ler, em português, vários ensaios e depoimentos de e em torno de Primo Levi.

Fazem jus ao testemunho de uma memória aguda e necessária, que agora sobe à cena pela Companhia de Teatro de Almada.